



ESTADO DE MATO GROSSO

CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA

PROJETO DE LEI CM Nº 010/2021.

AUTOR: VEREADOR WELLINGTON MIRANDA PASSOS

"Dispõe sobre a divulgação, no site do Poder Executivo, da lista de espera dos pacientes que aguardam por consultas, exames e cirurgias eletivas nas unidades de saúde do Município de Paranatinga, e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação em vigor, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo, através da presente lei, obrigado a divulgar no site oficial da prefeitura, a lista de espera atualizada dos pacientes que aguardam por consultas, exames e cirurgias eletivas nas unidades de saúde do município de Paranatinga.

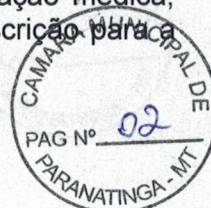
Art. 2º A lista de espera deve ser divulgada por especialidade e ter informações atualizadas mensalmente.

Art. 3º A divulgação da lista de que se trata esta lei, observará o direito à privacidade do paciente, que deverá ser identificado pelo número do Cartão Nacional de Saúde – CNS e pelas iniciais do seu nome.

Art. 4º A divulgação da lista deve conter:

- I – A data de solicitação da consulta, exame ou cirurgia;
- II – Posição que o paciente ocupa na fila de espera;
- III – Número do Cartão Nacional de Saúde (CNS);
- IV – Iniciais do nome do paciente;
- V – Aviso do tempo médio previsto para atendimento;

Art. 5º Casos emergenciais devem conter justificativa por orientação médica, sendo estes preferenciais. Os demais casos devem seguir ordem de inscrição para a chamada dos pacientes.





ESTADO DE MATO GROSSO

CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA

Parágrafo Único. Fica autorizada a alteração da situação do paciente inscrito na listagem de espera com base no critério de gravidade do estado clínico.

Art. 6º A inscrição em listagem de espera não confere ao paciente ou à família o direito subjetivo à indenização em casos onde a consulta, exame ou cirurgia não se realizar em decorrência de alteração justificada da ordem previamente estabelecida.

Art. 7º O Município e suas secretarias responsáveis deverão se adequar a esta lei no prazo máximo de 90 dias a contar de sua publicação.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

WELLINGTON MIRANDA PASSOS
Vereador

